

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.787 - DF (2016/0076728-9)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : UNIÃO**  
**RECORRIDO : WANER ALMEIDA DE OLIVEIRA**  
**RECORRIDO : LOURDES MARIA CARVALHO TAVARES**  
**RECORRIDO : MANOEL JAIR MEDEIROS SAMPAIO**  
**RECORRIDO : REGINALDO BARBOSA**  
**RECORRIDO : MARIA DOS REMEDIOS FURTADO FERNANDES**  
**RECORRIDO : JOSE STELIO DA COSTA SAMPAIO**  
**ADVOGADOS : HIRAM SOUZA MARQUES E OUTRO(S) - RO000205**  
**ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO000635**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. RAV. TÉCNICOS DO TESOIRO NACIONAL. BASE DE CÁLCULO COM DEDUÇÃO DO 'ABATE TETO' NA REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES FISCAIS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE. APELAÇÃO PROVIDA. PEDIDO PROCEDENTE.

1. O artigo 14 do Decreto nº 97.667/89, com as redações dos Decretos nºs. 98.967/90 e 2.017/96, é expresso no sentido de que os Técnicos do Tesouro Nacional perceberão a RAV com valorações equivalentes a determinados percentuais daquelas atribuídas aos Auditores Fiscais.
2. Viola a legislação de regência da matéria o cálculo da RAV devida aos Técnicos depois de calculada a Retribuição dos Auditores com base em sua remuneração já descontada do 'abate teto'.
3. Remuneração dos Técnicos que não alcança o valor do teto constitucional.
4. Apelação a que se dá provimento. Pedido procedente" (fl. 149e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 152/159e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535, I E II, DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO PROFERIDO

EM CONSONÂNCIA COM A CONSOLIDADA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DESTA CORTE. DECLARATÓRIOS NÃO ACOLHIDOS.

I - Não existe omissão, contradição e/ou obscuridade no acórdão impugnado a ser sanada em embargos de declaração, de vez que o decisum apreciou, fundamentadamente, por completo e de modo coerente, todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, dando-lhes solução jurídica diversa da pretendida pela embargante.

II - Com efeito, os embargos de declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

III - Mesmo para fins de prequestionamento, os embargos de declaração devem se ajustar a uma das hipóteses previstas no art. 535 do CPC.

IV - Embargos de declaração rejeitados" (fl. 122e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 14 do Decreto 97.667/89, com a redação dada pelo Decreto 98.967/90, 12 da Lei 8.460/92 e 1º da Lei 8.477/92, sustentando o seguinte:

"No mérito há que se observar que o v. Acórdão violou frontalmente o disposto nos artigos: 14, do Decreto nº 97.667/89, com redação dada pelo Decreto nº 98.967/90, art. 12 da lei nº 8460/92 e 1º da Lei 8.477/92.

Veja-se, que o art. 14 do Decreto 97.667/89, com a redação dada pelo Decreto n.º 98.967/90, dispõe expressamente que:

(...)

Dessa forma, resta claro que a Lei expressamente estabelece o valor da RAV dos TTNs, ou seja, afirma expressamente que esta será 30% da percebida pelos AFTNs. Logo, como os AFTNs percebem a RAV com as limitações estabelecidas pelas Leis 8.477/92 e 8.460/92, paga-la aos TTNs sem levar em conta as limitações de teto, é malferir frontalmente o disposto nos artigos: art. 14, do Decreto nº 97.667/89, com redação dada pelo Decreto nº 98.967/90; art. 12 da lei nº 8460/92; e 1º da Lei 8.477/92.

Veja-se, portanto, que à RAV devida aos TTNs é aquela correspondente à 30% dos que os AFTNs EFETIVAMENTE recebem, vez que a RAV atribuída aos AFTNs é aquela percebida

após a aplicação fixada nas lei 8.460 e 8.477, que estabelecem limites a sua percepção.

Neste sentido é o entendimento consolidado pela jurisprudência desse E. STJ, *verbis*:

(...)

Cotejando-se, portanto, a decisão recorrida, verifica-se claramente a contrariedade existente entre o v. Acórdão hostilizado e a jurisprudência desse E. STJ.

Flagrante, portanto, a violação ao art. 12 da Lei nº 8460/92 e 1º da Lei 8.477/92, vez que o cálculo da RAV vem sendo efetuado de acordo com aos critérios determinados pelas normas legais que regem o caso. E observe-se que a lei 8477/92, versando sobre a limitação geral para o pagamento da RAV, determinou que se observasse como teto limite o estabelecido no art. 12 da Lei nº 8460/92.

Dessa forma, há que se dar provimento ao presente recurso, para julgar improcedente o pedido dos recorrentes, condenando-os nas verbas decorrentes da sucumbência" (fls. 172/175e).

Por fim, requer o provimento do recurso.

Sem contrarrazões (fl. 177e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 178e).

A irresignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrida, objetivando o "pagamento, de forma retroativa, das diferenças dos vencimentos, vencidas a partir de junho de 1993 e vincendas, até o trânsito em julgado da sentença, acrescido de juros e correção monetária, de modo que na determinação da RAV (Remuneração Adicional Variável) seja levada em conta, como base de incidência, o percentual de 30% (trinta por cento) até setembro de 1996, e a partir de outubro de 1996 o percentual de 45% (quarenta e cinco por cento), a totalidade devida aos Auditores Fiscais do Tesouro Nacional, e não como vem fazendo a RÉ, calculando-a sobre a RAV já expurgada do excesso ao limite de remuneração destes últimos servidores" (fl. 17e).

Julgada improcedente a demanda, recorreram os autores, tendo sido reformada a sentença pelo Tribunal local, para julgar procedente o pedido inicial.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Assim restou dirimida a controvérsia no aresto combatido:

**"Com razão os apelantes, haja vista que a legislação de regência da matéria - artigo 14 do Decreto nº 97.667/89, com as redações dos Decretos nºs 98.967/90 e 2.017/96 - é expressa no sentido de que os integrantes da categoria dos Técnicos perceberão a RAV com valorações equivalentes a, respectivamente, trinta por cento (30%) e até quarenta e cinco (45%) daquelas atribuídas aos integrantes da categoria dos Auditores.**

Com efeito, descumprida restaria a citada legislação se o cálculo da RAV devida aos Técnicos fosse feito com base na RAV paga aos Auditores calculada após a aplicação do 'abate teto' na remuneração destes últimos, na medida em que, se verificada essa hipótese, a Retribuição paga aos Técnicos não corresponderia aos apontados percentuais da Retribuição efetivamente devida aos Auditores, conforme previsão dos citados Decretos.

Adite-se ao que já considerado o fato de que a remuneração dos Técnicos não alcança o valor do teto constitucional (art. 37, XI, da CF), não havendo assim, também em função disso, como avalizar a submissão dessa categoria à redução remuneratória de que aqui se trata.

No sentido da fundamentação supra: REsp nº 858386/CE, STJ, Quinta Turma, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJ de 03.08.2009; AC nº 1998.34.00.025689-0/DF, TRF/1ª Região, Primeira Turma, Rel. Juiz Federal Miguel Ângelo Alvarenga Lopes (conv.), DJ de 22.01.2007; AC nº 1999.32.00.000643-0/AM, TRF/1ª Região, Primeira Turma, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes (conv.), DJ de 06.11.2006; e AC nº 2000.01.00.053417-1/PA, TRF/1ª Região, Primeira Turma, Rel. Juiz Federal Iteimar Raydan Evangelista, DJ de 13.03.2006.

Assim sendo, deve ser reconhecido o direito dos autores à percepção

da RAV (a partir de junho de 1993 e até o trânsito em julgado do presente acórdão), nos percentuais de trinta por cento (30%), até setembro de 1996, conforme o Decreto nº 98.967/90, e de até quarenta e cinco por cento (45%), a partir de outubro de 1996, a teor do Decreto nº 2.017/96" (fl. 146e).

Com efeito, verifica-se que a conclusão alcançada pela Corte de origem não se coaduna com a orientação adotada por esta Corte Superior, segundo a qual "a Retribuição Adicional Variável - RAV devida aos Técnicos do Tesouro Nacional deve ter como base de cálculo o montante efetivamente pago aos Auditores Fiscais do Tesouro Nacional" (STJ, AgRg no REsp 623.925/PE, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, REPDJ 03/12/2007, p. 371, DJU de 05/11/2007, p. 386).

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. TÉCNICOS DO TESOIRO NACIONAL. RETRIBUIÇÃO ADICIONAL VARIÁVEL - RAV. BASE DE CÁLCULO. TETO. RAV EFETIVAMENTE PAGA AOS AUDITORES.

1. **Consoante já decidiu este Superior Tribunal de Justiça, o percentual de 30%, devido aos Técnicos do Tesouro Nacional, deve incidir sobre o valor efetivamente pago aos Auditores Fiscais, com o respectivo redutor constitucional.** Precedentes.

2. Recurso especial provido" (STJ, REsp 858.386/CE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 03/08/2009).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. TÉCNICOS DO TESOIRO NACIONAL. RETRIBUIÇÃO ADICIONAL VARIÁVEL RAV. BASE DE CÁLCULO.

**Nos termos do art. 14 do Decreto 97.667/89 (com a redação dada pelo Decreto 98.967/90), os Técnicos do Tesouro Nacional têm direito a perceber a RAV calculada em trinta por cento do valor efetivamente pago aos Auditores Fiscais do Tesouro Nacional.**

Recurso conhecido e provido" (STJ, REsp 616.214/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ de 07/06/2004, p. 280).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. TÉCNICOS DO TESOIRO NACIONAL. RETRIBUIÇÃO ADICIONAL VARIÁVEL - RAV. BASE DE CÁLCULO. TETO. RAV EFETIVAMENTE PAGA AOS AUDITORES. AGRAVO

INTERNO DESPROVIDO.

**I - Consoante já decidiu este Superior Tribunal de Justiça, o percentual de 30%, devido aos Técnicos do Tesouro Nacional, deve incidir sobre o valor efetivamente pago aos Auditores Fiscais, com o respectivo redutor constitucional. Precedentes.**

II - Agravo interno desprovido" (STJ, AgRg no REsp 695.405/DF, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ de 07/03/2005, p. 345)

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. TÉCNICOS DO TESOIRO NACIONAL. RETRIBUIÇÃO ADICIONAL VARIÁVEL RAV. BASE DE CÁLCULO.

**A situação em tela é anterior à edição da Medida Provisória nº 831/95, e, nestes casos, os Técnicos do Tesouro Nacional têm direito a perceber a Retribuição Adicional Variável - RAV calculada em trinta por cento do valor efetivamente pago aos Auditores Fiscais do Tesouro Nacional. Precedentes desta c. Corte.**

Agravo regimental desprovido" (STJ, AgRg no REsp 944.324/RN, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 02/02/2009).

Em juízo monocrático, nessa mesma linha, confirmam-se: STJ, REsp 1.306.204/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJe de 16/10/2019; STJ, REsp 1.609.725/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 12/08/2016.

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, a fim de julgar improcedente o pedido inicial, restabelecendo a sentença que fixou os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora